

Direitos humanos e gestão de políticas públicas: a razão cínica e a invenção de possíveis em terras capixabas

HUMAN RIGHTS AND PUBLIC POLICIES MANAGEMENT: THE CYNICAL REASON AND THE INVENTION OF POSSIBLE ONES ON CAPIXABAS LANDS

Ana Lucia Coelho Heckert¹

RESUMO

Este artigo aborda questões referentes à razão cínica contemporânea que vem permeando a gestão das políticas públicas em sua interface com os direitos humanos. Aponta que as práticas de austeridade neoliberal conectam saneamento fiscal e orçamentário com políticas de repressão, desrespeitando tratados internacionais. A austeridade neoliberal vem aumentando a concentração de renda, a pobreza e banaliza o uso injusto e desigual dos recursos públicos. Debate ainda que os Direitos Humanos foram uma invenção do capitalismo e de sua democracia representativa, indicando que é necessário analisarmos o modo como os direitos humanos estão sendo efetuados, como benefícios com condicionalidades a serem cumpridas por alguns poucos não atingidos por um processo de criminalização e judicialização da vida. A razão cínica que permeia nossas práticas admite como mercedores dos direitos sociais e políticos apenas os chamados bons pobres, os pobres dignos e ordeiros, permitindo a expansão de racismos e violências brutais, contra os quais é preciso resistir.

Palavras-chave: Direitos humanos. Políticas públicas. Razão cínica.

ABSTRACT

This paper approaches issues related to contemporary cynical reason that has been permeated the management of public policies in its interface with human rights. It points out that practices of neoliberal austerity link fiscal and budgetary sanitation with policies of repression, disobeying international treaties. Neoliberal austerity has been increasing the concentration of income, poverty and trivializes the unfair and unequal use of public resources. It also discusses that

¹ Professora do Departamento de Psicologia da UFES e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional, Vitória/ES, Brasil. E-mail: ana.heckert@gmail.com

Human Rights were an invention of capitalism and its representative democracy, implying that it is necessary to analyze how human rights are being carried out, as benefits with conditionalities to be fulfilled by some not hit by a process of criminalization and judicialization of life. The cynical reason that permeates our practices admits as deserving of social and political rights only the so-called good poor ones, the decent and harmonious poor, allowing the expansion of brutal racism and violence, which we must resist against.

Keywords: Human rights. Public policies. Cynical reason.

Introdução

O debate sobre direitos humanos e a gestão de políticas públicas deve ter em pauta todos e todas que vivem na pele os efeitos dos atuais regimes de austeridade que amesquinham, destroem e reviram os sentidos do que em muitas décadas vimos buscando afirmar como política pública. Esta, não se resume ou se reduz à política estatal ou política governamental. A política pública é aquela que visa tecer vidas dignas com todos e qualquer um, é aquela que não fala pelo outro, não desqualifica ou apequena sua vida, não criminaliza ou trata algumas vidas como vidas que pouco importam. Políticas públicas são aquelas que almejam vidas autônomas e potentes, o que é bem distante do atual mito e meta de tornar a todos, empreendedores de si mesmo, sem levar em conta que os pontos de partida do tal empreendedorismo são bem diversos entre uns (camadas médias e altas) e outros (os mais pobres).

Procuraremos então abordar questões referentes à razão cínica (ZIZEK, 1996) contemporânea que vem permeando a gestão das políticas públicas em sua interface com os direitos humanos, apontando que as práticas de austeridade neoliberal conectam saneamento fiscal e orçamentário com políticas de repressão e aumento da desigualdade.

A razão cínica e os direitos humanos

A razão cínica de nossos tempos hoje vai às periferias com modernos *coaches*, para tornar empreendedora a vida de jovens pobres e negros. A mesma razão cínica que nada faz e se silencia frente ao absurdo do número de mortes de jovens negros e pobres no Espírito Santo.

A mesma razão cínica que dá conselhos às mulheres vítimas de violência. Lembrando que moramos no estado da federação que em 2017 já lidou com um aumento de 21% de mulheres assassinadas em relação ao ano de 2016 e que a maioria das mulheres que é alvo de violência é negra. A razão cínica que assiste e observa a desocupação de terrenos públicos, de prédios públicos, por crianças, idosos, homens e mulheres, desempregados, como se tal fato nada tivesse a ver com cada um de nós.

É também essa razão cínica que deixou jovens na chuva durante uma ocupação de escolas públicas, que chamou jovens vinculados às ocupações de escola para um final de semana em hotel fazenda e aí ensinar como se deve lutar por políticas públicas, desqualificando as lutas que efetuaram. A mesma razão cínica que coloca força policial nas ruas para proteger quem apoia o atual governo federal e, em seguida, coloca as mesmas forças policiais para agredir, bater, matar e prender jovens que lutam contra o desmonte das políticas públicas.

A razão cínica mantém incentivos fiscais para o alto empresariado capixaba, mas afirma que nada pode fazer com relação à falta de remédios contra o câncer de crianças internadas no hospital infantil. É também esta razão cínica que silencia frente ao maior crime ambiental, efetuado pela Samarco, deixando morrer rios, comunidades ribeirinhas, cidades inteiras afetadas pelas barragens. Mas, afinal, a Samarco produz empregos!

É esta razão cínica que nada faz frente às negativas dos gestores e responsáveis hoje pela terceira ponte, em colocar telas que impeçam o altíssimo índice de suicídio que vem ocorrendo e que fecha salas de aula nas escolas de ensino médio e de Educação de Jovens e Adultos (EJA) em todo o estado, nos obrigando a lidar com uma política de educação que não foi discutida com ninguém e que não dialoga com as necessidades e demandas dos jovens.

É esta razão cínica que admite que, durante uma greve de Policiais Militares por melhores salários e condições de trabalho, mais de 200 pessoas tenham sido assassinadas nas periferias. Razão cínica que permite o transporte de pedras de granito sem proteção alguma e silencia quando temos membros do empresariado capixaba responsável pela não duplicação das estradas, como a BR 101.

Uma razão cínica que justifica as megaoperações das forças de segurança, com expedientes ilegais dos mandados coletivos, como forma de apaziguar o medo das camadas médias e das elites, produzindo uma

perversa sensação de segurança à custa da liberdade dos jovens de periferia. Razão cínica que admite superlotação de unidades do Instituto de Atendimento Socioeducativo do Espírito Santo (Iases) e outras violações de direitos humanos.

É também a razão cínica que permite conexões entre militantes do passado e do presente e jovens gestores austeros e neoliberais. Razão cínica que silencia, que apazigua, que justifica. Afinal, nesta razão cínica a segurança está acima da lei e em nome dela admitimos um perverso estado de exceção.

Mas o que seria esta razão cínica? O que ela tem a ver com gestão de políticas públicas e direitos humanos?

Não estamos falando do cinismo do filósofo grego Diógenes, pois este cinismo diz respeito a dar as costas à moral reinante, uma aversão às convenções sociais. Como diz a psicanalista Maria Rita Khel (2000), o cínico atual “[...] não é aquele que quer se iludir; é justamente alguém que percebe com clareza a dura realidade e, cúmplice do que nos parece condenável, aprende a jogar com ela em benefício próprio”.

A razão cínica pede sempre uma lei, mais repressão, mais norma e moral, mas sempre para os outros. Segundo Zizek (1996, p. 313), “O sujeito cínico tem perfeita ciência da distância entre a máscara ideológica e a realidade social, mas, apesar disso, continua a insistir na máscara”. Os intelectuais orgânicos destes regimes de austeridade, de acordo com Zizek (1992) ao debater a razão cínica de Sloterdijk (2012), propuseram uma inversão na fórmula de Marx: no lugar de “eles não sabem, mas o fazem”, hoje se diria que “eles sabem muito bem o que se passa, mas fazem assim mesmo”. Ou seja, não estamos aqui nas teorias das brechas, na teoria da falsa consciência ou nos infernos das boas intenções. Sabe-se do que se trata e se faz assim mesmo. Segundo Silva (2013, p. 264), o filósofo esloveno Slavoj Zizek aponta que “[...] o cinismo é a ideologia de uma época na qual o poder não teme a crítica que deixa nu seu mecanismo, pois o poder aprendeu a rir de si mesmo, permitindo revelar o segredo de seu funcionamento e continuar a funcionar como tal”.

É como dizemos: eu sei muito bem do que se trata, mas quem sabe comigo pode ser diferente? Eu sei bem do que se trata, mas apontar os interesses privados coloca em jogo o lugar que eu ocupo? Eu sei muito bem do que se trata, mas, afinal, diálogo combina com radicalidades? Eu sei bem do que se trata, mas algumas ações são necessárias ou imprescindíveis? Um outro em meu lugar não faria bem pior?

A razão cínica permeia a prática dos governantes, do poder judiciário, do parlamento, dos movimentos sociais, dos ativismos políticos, o cotidiano das escolas e universidades, das ONGs, das igrejas etc. Não se trata de beltrano nem fulano. Nesse sentido, seria bom desfulanizar e entender que se trata de uma prática perigosa que nos atravessa e captura.

Assim, somos levados a afirmar: sejamos realistas e pragmáticos, façamos o possível dentre o que nos é apresentado! Permanecemos por um centavo, por um livro, por uma bolsa, por um edital aprovado, por um financiamento de pesquisa, por um cargo. Zizek (1992) nos ensinou que o cínico contemporâneo não defende a imoralidade em sua radicalidade, como faziam os cínicos gregos. Ao contrário, ele justifica um ato imoral como se fosse moral, uma lógica perversa como necessária e inevitável ou incompreendida, na qual a transgressão é usada como se fosse princípio ético - sabem o que fazem, mas o fazem justificando seu ato imoral e perverso como moral e necessário. As práticas cínicas não se iludem, pois sabem muito bem o que se passa. Elas são cúmplices do que avaliamos como condenável, pois sabe jogar em benefício de seus interesses próprios (KEHL, 2000)

O cínico grego latia contra tudo e contra todos, pois se tratava de uma prática de atrevimento, de desprezo à opinião pública, às convenções morais que amesquinham a vida.

A razão cínica contemporânea sorri e caminha de mãos dadas com o que lhe parece necessário. Os fins justificariam os meios usados e, por vezes, uma ação violenta é vista como necessária para preservar uma coletividade. O mal causado aqui justificaria o bem advindo ali.

E o que a razão cínica tem a ver com as políticas públicas e os direitos humanos?

O Espírito Santo tem sido um dos laboratórios brasileiros de um regime de austeridade fiscal, econômica e política. As políticas neoliberais combinam redução de investimentos públicos em políticas estatais, com políticas de empreendedorismo de si, políticas duras de segurança, judicialização e criminalização de ações coletivas e de indivíduos, ou seja, de qualquer ação que conteste a suposta ordem social. O Estado, como pontua Tatiana Roque, no lugar de proteger direitos sociais, atua no sentido de fazer políticas que atendam às demandas das empresas. A atual austeridade neoliberal reúne saneamento fiscal e orçamentário com políticas duras de repressão para conter a insatisfação e a revolta

ocasionada pelos efeitos desta austeridade, como pontua Acácio Augusto (2017). Em nosso estado, a austeridade se faz à custa de arrocho salarial dos servidores públicos, sucateamento da infraestrutura das políticas estatais, aumento do índice de violência, aumento da repressão por vias das megaoperações que desrespeitam tratados básicos de democracia, expansão sem precedentes do enclausuramento, sobretudo de jovens negros e pobres em presídios, criminalizando a pobreza. Se de um lado a mão apertada fecha para o investimento em políticas públicas, de outro entram em cena as ONGs, o “Espírito Santo em Ação”², institutos, fundações e meios de comunicação para assentar e produzir um campo de apoio e justificativa às ações implementadas. A guerra às drogas e ao crime é usada para produzir uma sensação de segurança, de ordem, de controle das corporações policiais e da violência que vai se ampliando.

Mas desta racionalidade neoliberal participam os governantes e também empresas, ONGs, movimentos sociais, entidades da chamada sociedade civil que, buscando sobreviver, apoiam toda sorte de destruição de parques direitos sociais conquistados no Brasil. Não é sem apoio, sem produção de modos de existência, sem instalar a competição entre sujeitos, movimentos e entidades que esta racionalidade neoliberal sobrevive. Sem que comecemos a aplaudir a judicialização generalizada, o uso da força repressora para tratar quaisquer conflitos, mas sempre com uma retórica de respeito e implementação de políticas de direitos humanos. Mas, afinal, os direitos humanos não são para todos, não é mesmo?! O que estamos vivendo é um racismo estrutural, um racismo de Estado, com ares de democracia e de ativismo dos direitos humanos, mas que em nada reverte o estado de coisas atual.

O que queremos apontar é que a gestão das políticas públicas vem se fazendo de forma fragmentada, hierarquizada, verticalizada. A austeridade neoliberal vem aumentando a concentração de renda, a pobreza e o uso injusto e desigual dos recursos públicos. Não podemos esquecer que foi uma capixaba, que estudou em instituições públicas, que apontou a necessidade de fechamento de uma das maiores universidades brasileiras, a UERJ.

² Organização Não-Governamental fundada em 2003 por um grupo de empresários capixabas, que defendem o pensamento empresarial que fortaleça o ambiente de negócios, participando do Plano de Desenvolvimento Espírito Santo. Conta com empresas como Unimed Vitória, Garoto, Grupo Água Branca, Rede Gazeta, TV Vitória, TV Capixaba, Siccob, Arcelor Mittal, Eco102, Samarco, Fibria, FUCEPE, Vale, Suzano Papel e Celulose, EDP, Hospital Metropolitano, entre outras.

O fechamento da Samarco, tendo como gestor também alguém de mesmo sobrenome, foi apontando por empresários capixabas como inimaginável, impossível, porque, afinal, ela produz empregos e financiamento de campanhas eleitorais. E, nesse sentido, uma campanha foi lançada na mídia capixaba: Somos todos Samarco!

E este regime de austeridade coloca em risco direitos humanos fundamentais, pois estes não podem ser exercidos num vazio de políticas públicas. É parte desta razão cínica atribuir aos pobres a continuidade da situação de pobreza por serem pouco “resilientes”³, por terem pouca habilidade e competência para efetuarem o empreendedorismo de suas existências. Afinal, o que vimos ampliando junto do empreendedorismo é uma meritocracia individual que dispensa um olhar atento aos diversos pontos de partida de cada um. No lugar de direitos humanos estamos lidando com privilégios de indivíduos e de grupos sociais.

Mas, para falar de direitos humanos, precisamos debater de que humanos falamos, de que direito falamos. É importante lembrarmos de algo que nunca mencionamos, como aponta Cecília Coimbra (2001). Os Direitos Humanos foram uma invenção do capitalismo e de sua forma de democracia representativa. Não foram invenção das lutas sociais, mas do capitalismo, para nos fazer acreditar que é possível um capitalismo mais humano, nos fazer crer que as elites se preocupam com o bem-estar dos mais pobres. Não é à toa que eles se colocam como via de condição da reprodução da força de trabalho, que entre os direitos políticos encontra-se o direito de propriedade. Repararam que mesmo os governos mais austeros e autoritários criaram e criam suas secretarias ou gerências de direitos humanos? Será que podemos comemorar como avanço a existência dessas secretarias por si só, quando são órgãos que não defendem e nem protegem aqueles que são alvo da violência?

Não há dúvida, portanto, que esses direitos - proclamados pelas diferentes revoluções burguesas, contidos nas mais variadas declarações - tenham construído subjetividades que definem para quais humanos os

³ Não trabalho com esta noção de resiliência por considerá-la individualizadora, tomando processos coletivos como da ordem de performances individuais. Reproduzi expressão que vem sendo usualmente empregada em alguns programas governamentais.

direitos devem se dirigir. Os marginalizados de toda ordem nunca fizeram parte desse grupo que, ao longo dos séculos XIX, XX e XXI, tiveram e continuam tendo sua humanidade e seus direitos garantidos. Ou seja, foram e continuam sendo defendidos certos tipos de direitos, dentro de certos modelos, que terão que estar e caber dentro de certos territórios bem marcados e delimitados e dentro de certos parâmetros que não poderão ser ultrapassados. (COIMBRA et alii, 2008, p. 92).

O capitalismo - e o Estado Democrático que dele deriva - é e sempre será produtor de miséria humana. Portanto, estamos lidando com uma questão paradoxal. As noções de propriedade e de liberdade individual são pilares deste tipo de Estado Democrático. O risco é de defendermos uma humanidade abstrata, desencarnada e universalista, tomando o homem branco ocidental de forma naturalizada, essencializada, como categoria *a priori*. Afinal, o artigo primeiro da Declaração de 1948 afirmava que “todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos”. Quais homens nascem livres? A quais homens garantimos dignidade e direitos desde seu nascimento? Há humanos que são vistos como sub-humanos, não humanos, monstros, e a estes justificamos ou titubeamos na hora de garantir seus direitos.

É necessário problematizarmos o modo como os direitos humanos estão sendo efetuados, ou seja, como benefícios com condicionalidades a serem cumpridas por alguns poucos não criminalizados, como benefícios aos quais devemos ser agradecidos. É preciso cuidado com nossas intervenções humanitárias e seus efeitos. Os direitos humanos têm servido para criar uma grande ilusão de participação, e de que é possível um trato humanitário no capitalismo. Dos direitos humanos, historicamente estiveram alijados os pobres e os desviantes, todos aqueles vistos como sub-humanos. Assim, vamos apaziguando as dissonâncias, os tensionamentos, porque afinal é necessário garantir a conversa, o diálogo, desde que a ordem seja cumprida. Direitos humanos e regime de austeridade são inconciliáveis, paradoxais, posto que o neoliberalismo e as políticas de austeridade dos atuais governantes produzem miséria, violência e dificuldade de acesso a bens mínimos para uma vida digna como moradia, saúde, educação, assistência social, uma renda mínima etc.

É engano supor que um Estado é forte quando usa cotidianamente suas forças policiais. Ao contrário, é expressão de um Estado fraco que, por não garantir políticas sociais e direitos humanos básicos, lança mão do aparelho

repressivo para lidar com sua não ação no campo das políticas públicas. E não nos esqueçamos que as maiores violações de direitos humanos se fazem junto aos mais pobres. Segundo o Tribunal de Justiça do Espírito Santo, a cada trinta minutos um processo de violência doméstica é aberto. O extermínio da juventude negra em nosso estado apresenta altíssimos e absurdos índices. Continuamos convivendo com inúmeras violações de direitos nos presídios, nas delegacias e no lases.

Há vidas admitidas como supérfluas e descartáveis entre nós, há vidas que decretamos valerem mais que outras, há vidas que importam menos. Falar de proteção significa afirmar que estamos dispostos a proteger uma vida qualquer, qualquer vida, mesmo aquelas que ferem nossos códigos morais, que ultrapassam nossos exercícios éticos. Caso contrário, estabelecemos condicionalidades aos tipos de vida que podem ser defendidos e protegidos.

Qual o lugar dos direitos humanos frente à razão cínica?

É necessário que coloquemos entre nós alguns problemas cruciais. Os movimentos de direitos humanos atuam no sentido de fazer uma espécie de ouvidoria e controle social da implementação e da gestão de políticas públicas. Se os direitos humanos foram uma invenção do próprio capitalismo, como apontam algumas análises, penso que eles poderiam, ainda assim, funcionar colocando questões e indagações, formulando problemas que a direita e os neoliberais austeros tentam colocar embaixo do tapete ou justificar. Contudo, há muitas perguntas a fazer neste campo: é possível criar problemas ao governo quando dele estamos muito próximos? É possível fazer controle das políticas públicas quando nosso trabalho é financiado por estes governos? Quais zonas de autonomia temos criado para a ação dos movimentos e entidades de direitos humanos? Como estamos lidando com os mandados sociais que estão hoje colocados aos movimentos de direitos humanos? Quais os perigos que intensificamos quando nos tornamos especialistas em direitos humanos? O que fazer quando os direitos humanos se tornam mais uma mercadoria lucrativa no comércio neoliberal? Até quando flexibilizaremos os direitos humanos, quando estes disserem respeito aos rostos supostamente perigosos e criminosos? Até quando apenas os chamados bons pobres, os pobres dignos e ordeiros, serão os poucos merecedores dos direitos humanos? Até quando assinaremos embaixo e

aceitaremos a ideia de que pobreza e criminalidade andam juntas? Em 15/09/2017 tivemos mais uma megaoperação da Secretaria de Segurança do ES, agora no morro da Piedade⁴. Até quando as entidades e conselhos de direitos humanos em âmbito municipal e estadual ficarão calados?

Não nos esqueçamos: “Em nome da vida, em nome do cuidado, toda crueldade pode encontrar guarita!” (GAMA, 2017, p. 299).

Seria interessante ficarmos atentos às palavras do filósofo húngaro Zizek (apud Barcellos, 2011): “O que a esquerda vem fazendo nas últimas décadas é seguir brutalmente o destino de render-se, de acomodar-se, de fazer os ‘compromissos necessários’ com o inimigo declarado”. Ou ainda: “Há dois tipos de cinismo: o cinismo amargo dos oprimidos que desmascara a hipocrisia dos que estão no poder, e o cinismo dos próprios opressores que violam abertamente os seus próprios proclamados princípios” (ZIZEK, 2012).

A vida varia e precisamos criar direitos que deem condição de a vida se expandir. Neste caminho, analisar os efeitos da razão cínica entre nós pode ser um caminho interessante para sairmos do marco de nos contentarmos com as possibilidades existentes que nos são apresentadas e criarmos outros possíveis. É um exercício de resistência.

Referências

AUGUSTO, A. **Austeridade, contagem de corpos e o autoritarismo: o caso do chamado caos no Espírito Santo**. 12/02/2017. Disponível em: <http://passapalavra.info/2017/02/110587>. Acesso em: 02 set. 2017.

BARCELLOS, J. **Cuidado: Zizek pode estar certo**. Disponível em: <http://www.boitempoeditorial.com.br/v3/news/view/1239>. Acesso em: 08 set. 2017.

COIMBRA, C. M. B. **Psicologia, direitos humanos e neoliberalismo**. *Revista Psicologia Política*, v. 1, n. 1, 2001, p. 139-148. Disponível em: http://www.fafich.ufmg.br/~psicopol/psicopol/artigos_pub/artigo_9.pdf. Acesso em: 02 set. 2017.

COIMBRA, C. M. B. ; LOBO, L. F. ; NASCIMENTO, M. L. **Por uma invenção ética para os Direitos Humanos**. *Psicologia Clínica*, v. 20, n. 2, p. 89-102, 2008 . Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pc/v20n2/a07v20n2.pdf>. Acesso em: 02 set. 2017.

⁴ As operações anteriores foram na Serra (06/07/2017), bairro da Penha (Vitória), em 01/08/2017, e Morro Jesus de Nazareth (Vitória), em 17/08/2017.

GAMA, B. C. **Insistências entre o vulnerável e o vencedor no governo dos vivos: ensaios na Política Pública de Assistência Social**. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal Fluminense. Tese de Doutorado. 2017.

KEHL, M. R. O pacto do cinismo. Folha de São Paulo. **Caderno Mais**, 04/06/2000. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/mais/fs0406200016.htm>. Acesso em: 02 set. 2017.

MUNIZ, V. A cada meia hora um processo de violência contra mulher é aberto no ES. **Gazeta online**, 28/08/2017. Disponível em: <http://www.gazetaonline.com.br/noticias/cidades/2017/08/a-cada-meia-hora-um-processo-de-violencia-contra-mulher-e-aberto-no-es-1014094287.html>. Acesso em: 02 set. 2017.

ROQUE, T. **As 7 vidas do neoliberalismo**. Disponível em: <https://urucum.milharal.org/2017/02/04/as-7-vidas-do-neoliberalismo/>. Acesso em: 02 set. 2017.

SILVA, A. C. A Estetização da ideologia cínica. **Kinesis**, Vol. V, n° 10, Dezembro 2013, p. 261-272. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/kinesis/article/view/4545/3351>. Acesso em: 02 set. 2017.

SLOTERDIJK, Peter. **Crítica da Razão Cínica**. São Paulo: Estação Liberdade, 2012.

ZIZEK, S. A verdadeira blasfêmia. Disponível em: <http://www.esquerda.net/artigo/verdadeira-blasf%C3%A9mia/24326>. Publicado em 20 de agosto de 2012. Acesso em: 08 set. 2017

ZIZEK, S. **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ZIZEK, S. **Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.